
***Ventos de
São Fernando III
Energia S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Fernando III Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Fernando III Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Fernando III Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de março de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Ventos de São Fernando III Energia S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

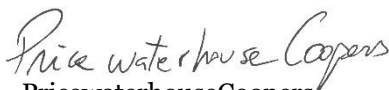
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 1SP255758/O-9

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais

ATIVO	Notas explicativas	2023	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.234	22.997	Fornecedores	10	329	233
Contas a receber de clientes	6	796	1.279	Financiamentos	11	6.199	3.672
Despesas antecipadas		117	102	Adiantamento de clientes		27	-
Impostos a recuperar		67	46	Impostos a recolher		50	68
Outros ativos		30	21	Provisão IRPJ e CSLL		76	128
Total		<u>20.244</u>	<u>24.445</u>	Dividendos a pagar		68	68
				Partes relacionadas	18	30	39
				Total		<u>6.779</u>	<u>4.208</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	7	2.628	2.385	Financiamentos	11	73.875	80.875
Imobilizado	9	89.427	91.783	Provisão para desmobilização	9.3	1.456	495
Total		<u>92.055</u>	<u>94.168</u>	ICMS diferido	9.4	303	302
				Total		<u>75.634</u>	<u>81.672</u>
				Total do Passivo		<u>82.413</u>	<u>85.880</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14	30.000	30.000
				Reservas de lucro		153	2.733
				Prejuízos acumulados	14	(267)	-
				Total do patrimônio líquido		<u>29.886</u>	<u>32.733</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>112.299</u></u>	<u><u>118.613</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>112.299</u></u>	<u><u>118.613</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas explicativas	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	9.389	14.173
Custo da operação	16	(6.917)	(6.754)
LUCRO BRUTO		2.472	7.419
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16	(474)	(518)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.998	6.901
Receitas financeiras	17	2.392	2.025
Despesas financeiras	17	(6.152)	(7.526)
Variação cambial, líquida		-	5
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.762)	1.405
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8		
Corrente		(1.087)	(1.120)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(2.849)</u>	<u>285</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.849)	285
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(2.849)</u>	<u>285</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de Lucro		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		30.000	139	1.983	-	32.122
Lucro líquido do exercício		-	-	-	285	285
Constituição de reserva legal		-	14	-	(14)	-
Destinação de dividendos		-	-	(68)	-	(68)
Reserção de dividendos		-	-	-	395	395
Constituição de reserva de lucro e dividendos adicionais propostos		-	-	665	(666)	(1)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		30.000	153	2.580	-	32.733
Prejuízo do exercício	14	-	-	-	(2.849)	(2.849)
Absorção de prejuízo	14	-	-	(2.580)	2.580	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		30.000	153	-	(269)	29.884

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Notas explicativas	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do Exercício		(2.849)	285
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social		1.087	1.120
Juros sobre a dívida	17	4.794	6.111
Despesas financeiras com desmobilização	17	30	32
Amortização desmobilização	9	27	12
Depreciação e amortização	9	3.291	3.291
		<u>6.380</u>	<u>10.851</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		483	108
Outros ativos		(37)	7
Despesas antecipadas		(15)	(6)
Fornecedores		96	(66)
Impostos a recolher		(383)	(395)
Partes relacionadas		(9)	(5)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>6.515</u>	<u>10.494</u>
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(738)	(794)
Pagamento de juros		<u>(5.678)</u>	<u>(648)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>99</u>	<u>9.052</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	9	(30)	(39)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(30)</u>	<u>(39)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas		(243)	(212)
Pagamento de financiamento - Principal		<u>(3.589)</u>	<u>(296)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(3.832)</u>	<u>(508)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(3.763)</u>	<u>8.505</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.997	14.492
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		19.234	22.997

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos São Fernando III Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rodovia RN 129, Km 9,5, S/N – Zona Rural - CEP 59592-000, cidade de São Bento do Norte/RN, constituída em 05 de fevereiro de 2019.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Norte 1 Energia Ltda. (Rio Norte I), que detém 100% das ações da companhia. A Rio Norte 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Norte I Energia Ltda	29.999.999	99,99%
Jose Castellanos Ybarra	1	0,01%
	30.000.000	100%

A Companhia tem por objeto o propósito específico de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público. Seu acionista controlador é a Rio Norte I Energia Ltda.

A obra de construção do parque iniciou em 01 de fevereiro de 2020 obedecendo ao cronograma apresentado à ANEEL.

A outorga de autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a contar da data da publicação que é 21 de janeiro de 2020.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de São Bento do Norte/RN
Implantar e explorar Central Geradora Eólica, sob o regime de Produção Independentente e Energia Elétrica	Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Datado 05 de agosto de 2020, Nº 69938 Matrix Com.Energia Elétrica. Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Datado 10 de agosto de 2020, Nº CC202101021352 kroma Comercializadora de Energia.	Parque Eólico São Fernando 3, composto por 7 aerogeradores com capacidade individual de 3,465 MW/h. Conforme despachos da ANEEL 3.287 e 3.670, entrou em operação teste em 21 de novembro de 2020 e operação comercial em 25 de dezembro de 2020, respectivamente.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Licenças e autorizações

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, com fundamento na Lei complementar Estadual - LCE nº. 272, de março de 2004 e suas posteriores alterações, Legislação Federal emitiu licença de Operação Nº 2020-156930/TEC/LO-0259 com data de validade até 16 de dezembro de 2026.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 8523, de 21 de janeiro de 2020, autorizando Ventos de São Fernando III Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.671.163/0001-92, com sede na Fazenda São Fernando, RN 129, km 9,5, no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, a implantar e explorar a Central Geradora Eólica – EOL São Fernando 3, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de 35 anos a contar da data de publicação no diário Oficial.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº. 4.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da companhia e, também, a

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original das vendas de energia, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização dos parques, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Tributação

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

2.11 Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.11.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.13. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.14 Contratos de arrendamento (“leasing”)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os direitos de uso dos arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, houve alterações de escopo ao CPC 32, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao CPC 32 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2022, a Administração efetuou um estudo da vida útil

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas é de 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.1.2 Desmobilização de Ativos – Custos de Desmobilização

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº. 9.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.3 Impairment

De acordo com a análise realizada, evidenciou-se que os ativos referentes ao parque eólico Ventos de São Fernando III estão registrados contabilmente por valores que não excedem os seus valores de recuperação. Desta forma, e com base no resultado dos cálculos realizados, se conclui que não há indicação de necessidade de serem realizados quaisquer ajustes de Impairment no parque Ventos de São Fernando III para o ano de 2023.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta corrente	90	100
Aplicações financeiras	<u>19.144</u>	<u>22.897</u>
	<u>19.234</u>	<u>22.997</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem vencimento indefinido e opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

<u>Agente Financeiro</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco do Nordeste	BNB AUTOMATICO FI RF	77,39% do CDI a.a.	18.137	22.023
BRADESCO	CDBs/LETRAS	101% do CDI a.a.	586	519
Itaú	Soberano Simples FIC	99,81% do CDI a.a.	421	355
			<u>19.144</u>	<u>22.897</u>

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia, conforme contratos firmados.

	2023	2022
Kroma Comercializadora de Energia Ltda	-	397
TRADENER LIMITADA	390	-
Nova Energia Comercializadora	-	709
Itaú Unibanco Comercializadora de Energia	378	161
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	28	12
Conta a Receber de Clientes	796	1.279

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2023.

	2023	2022
Até 30 dias	796	1.279
Conta a Receber de Clientes	796	1.279

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto contratualmente, foram abertas duas contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido.

As aplicações financeiras vinculadas correspondem a quotas de fundo de investimento do Banco do Nordeste.

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	2023	2022
Banco do Nordeste	BNB CONTA RESERVA FIC FI RF	Indefinido	93,05% do CDI a.a	2.628	2.385
				2.628	2.385

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada no exercício de 2023 pelo critério de Lucro Presumido que é baseado na Receita Bruta do exercício sobre a qual é aplicada a alíquota

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 12% para CSLL e 8% para IRPJ. O resultado desse cálculo é acrescido das receitas financeiras e aplicada a alíquota conforme legislação vigente, como segue:

Provisão do IR e CS - Lucro Presumido	2023	2022
Receita Bruta	9.686	14.736
Base de Cálculo Lucro Presumido (8% Faturamento)	775	1.179
Base de Cálculo Lucro Presumido (12% Faturamento)	1.162	1.768
Receitas Financeiras	2.391	2.031
Total Base de Cálculo IRPJ	3.166	3.210
Total Base de Cálculo CSLL	3.553	3.799
IRPJ à alíquota 25%	767	778
CSLL à alíquota 9%	320	342
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.087	1.120

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado em Operação do Sistema:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	2023			2022
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Operação do sistema:					
Computadores	20%	6	(2)	4	5
Móveis e utensílios e Equipamentos	10%	445	(121)	324	337
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	26.035	(2.591)	23.444	24.312
Máquinas e equipamentos	3,33%	71.506	(7.143)	64.363	66.744
Desmobilização		1.369	(77)	1.292	385
		99.361	(9.934)	89.427	91.783
			Edificações, Obras Civis e Benfeitorias Terrenos e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021			26.255	69.125	95.380
Adições			39	-	39
Desmobilização			(333)	-	(333)
Amortização Desmobilização			(12)	-	(12)
Depreciação do exercício			(910)	(2.381)	(3.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2022			25.039	66.744	91.783
Adições			31	-	31
Desmobilização			931	-	931
Amortização Desmobilização			(27)	-	(27)
Depreciação do exercício			(910)	(2.381)	(3.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2023			25.064	64.363	89.427

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.1. Ativos dados em garantia

As máquinas e equipamentos, que se referem aos Aerogeradores, com valor residual contábil de R\$ 64.363 foram vinculados a garantia fiduciária dos financiamentos obtidos através do BNB. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

9.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Para o ano de 2023, foi realizado a análise do teste de recuperabilidade dos ativos no parque eólico Ventos de São Fernando III, e de acordo com os resultados obtidos concluiu-se que não há necessidade se serem realizados quaisquer ajustes de *Impairment* no parque objeto de tal análise.

9.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Provisão Passiva Desmobilização	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	796
Despesa Financeira	32
Atualização de Provisão	(333)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	495
Despesa Financeira	30
Atualização de Provisão	931
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.456

9.4. ICMS Diferido

A Companhia possui ICMS diferido, no valor de R\$ 303 referente as operações de aquisição interestaduais, de máquinas e equipamentos, referente ao diferencial de alíquota.

Conforme convênio ICMS 109/2014 o valor de ICMS diferido deve ser pago no momento da desincorporação dos bens do ativo imobilizado ou até 31 de dezembro de 2034, o que ocorrer primeiro.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedores	329	233

Trata-se de obrigações com fornecedores das operações da Companhia.

11. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos representam os valores liberados pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. para a efetivação do projeto Ventos de São Fernando III, conforme Contrato de Financiamento firmado em 01 de novembro de 2019, registrado em longo prazo. O contrato determina que o início das amortizações se iniciará em 15 de dezembro de 2022.

A posição geral dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Encargos de juros (a.a.)</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
			2023	2022	2023	2022
BNB	FAM (a) x 1,4541%	2043	6.199	3.672	73.875	80.875

a) FAM: Fator de Atualização Monetária, derivado da variação do IPCA.

Mapa de Movimentação de Empréstimos

	2023	2022
Saldo anterior	84.547	79.380
Amortização Principal	(3.589)	(296)
Amortização de juros	(5.678)	(648)
Apropriação de juros	4.794	6.111
Saldo Final	80.074	84.547

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

	2023	2022
2024	-	3.924
2025	4.131	4.131
2026	4.300	4.300
2027	4.525	4.525
2028 a 2043	60.919	63.995
Total	73.875	80.875

As garantias apresentadas pela companhia conforme contrato nº 35.2019.545.26030, celebrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A e Ventos de São Fernando III Energia S/A, segue reproduzidas abaixo:

- CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS e COMERCIALIZAÇÃO DE RECEBIVEIS celebrado entre o emitente/credito e o banco, no qual dará em garantia os direitos creditórios relativos aos provenientes dos CCEARs decorrentes do Leilão A-6/2018 – ANEEL;

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO/AUTORIZAÇÃO celebrado entre o emitente/creditado e o banco, que dá em garantias os direitos emergentes oriundos das Concessões/Autorizações concedidas pelo órgão regulador, relativas ao empreendimento objeto do financiamento;
- CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, celebrado entre o banco e a(s) acionista(s) do emitente/creditado;
- CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES celebrado entre o emitente/creditado e o banco, que dá em garantias os direitos emergentes decorrentes dos contratos firmados para a implantação, operação e manutenção, relativas ao empreendimento objeto do financiamento;
- Constituição de Conta Reserva de Operação e Manutenção (O&M) em valor equivalente à maior prestação trimestral do valor anual das despesas com O&M de acordo com os contratos firmados com os fabricantes/mantenedores, a qual será vinculada em garantia de cessão fiduciária mediante aditivo a este instrumento, a ser mantida durante todo o prazo do financiamento;
- Carta de Fiança Bancária em favor do Banco garantido 100% do saldo devedor do financiamento concedido.

Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB a Companhia está sujeita as seguintes cláusulas restritivas que caso sejam descumpridas geram o vencimento antecipado da dívida: contra o emitente/creditado e/ou seus condenatória transitada em julgado, em razão emitente/creditado e/ou seus dirigentes, que de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho sexual, proveito criminoso da prostituição ambiente; dirigentes de sentença da prática de atos, pelo importem em discriminação escravo, assédio moral ou crime contra o meio ambiental; decisão condenatória administrativa ou judicial, apta a produzir efeitos, que importe em proibição de contratar com instituições financeiras oficiais ou com a Administração Pública, ou de receber benefícios ou incentivos creditícios, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, em razão da prática de atos ilícitos definidos em lei; inadimplência do emitente/creditado em relação ao pagamento dos encargos e/ou do principal de qualquer obrigação contratada junto ao banco; existência de registro do emitente/creditado no Cadastro Informativo dos Créditos Não-quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seu contrato.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (financiamento detalhados na nota explicativa nº. 11, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 14).

12.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2023	2022
Dívida (a)	80.074	84.547
Caixa, saldos de bancos e aplicações financeiras (b)	<u>(19.234)</u>	<u>(22.997)</u>
Dívida líquida	60.840	61.550
Patrimônio líquido (c)	29.886	32.733
Índice de endividamento líquido	2,04	1,88

(a) A dívida refere-se a empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº. 11.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

12.2 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Ativos Financeiros	Nível	2023	2022
		Valor Contábil	Valor Contábil
<u>Custo Amortizado</u>			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	19.234	22.997
Aplicações financeiras vinculadas	2	2.628	2.385
Contas a Receber Geração de Energia		796	1.279
Total dos ativos financeiros		<u>22.658</u>	<u>26.661</u>
Passivos Financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores		329	233
Financiamentos		80.074	84.547
Partes Relacionadas e Dividendos		98	107
Total dos passivos financeiros		<u>80.501</u>	<u>84.887</u>

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
- b) Quando aplicável, a apuração do valor justo é determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

12.3 Objetivo da administração dos riscos financeiros

O Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

12.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros projetada até cinco anos.

	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>Mais de 2 anos</u>	<u>Total 2023</u>
Passivos					
Fornecedores	329	-	-	-	329
Partes Relacionadas e dividendos	98	-	-	-	98
Financiamentos	4.920	5.268	24.560	186.067	220.815
	<u>5.347</u>	<u>5.268</u>	<u>24.560</u>	<u>186.067</u>	<u>221.242</u>

12.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

12.6. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, conseqüentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

12.7. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obteve financiamentos com taxas de juros pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção, principalmente, de ativos financeiros indexados a taxas pós-fixadas.

12.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do período findo em 31 de dezembro de 2023:

<u>Risco</u>	<u>Instrumentos</u>	<u>Varição de 50%</u>
	Ativo Financeiro	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	21.772
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	12,37%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	4,58%
	Perda	(996)
	Passivo Financeiro	
Alta do IPCA	Financiamento	80.074
	Taxa anual estimada de IPCA + 1,4541%	5,05%
	Efeito anual nos Financiamentos	2,55%
	Perda	2.042

12.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.10. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

13. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, o CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	2023	2022
Despesa Arrendamento	145	221

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 30.000, é representado por 30.000.000 mil ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$ 1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2022 a reserva legal constituída foi de R\$ 14.

b.2) Reserva de Lucros – no exercício de 2022, a Companhia constituiu dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 395 (dividendos revertidos de 2021) e reserva de lucros de R\$ 203, em cumprimento ao disposto no seu Estatuto Social. Conforme ata de 29 de abril de 2022, foram revertidos os dividendos não pagos de 2021 no valor de R\$ 395, o qual compõem o saldo de reserva juntamente com o valor de R\$ 203 de constituição de reservas de lucros do período de 2022 adicionados ao saldo de R\$ 1.982 no exercício findo de 2021.

Distribuição de lucro

Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 25% do lucro líquido, após as destinações legais,

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos. A companhia apurou o lucro líquido de R\$ 285, sendo que R\$ 68 foi destinado a dividendos, R\$ 14 para reserva legal e o saldo remanescente será mantido na rubrica de reserva especial de lucros. Em 2021, a companhia destinou para dividendos o valor de R\$ 395, os quais foram revertidos para reserva especial em 2022.

15. RECEITA

A seguir, segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Venda de energia	9.743	14.711
Deduções da Receita:		
Impostos sobre vendas	(354)	(538)
Receita líquida	<u>9.389</u>	<u>14.173</u>

16. DESPESAS CLASSIFICADAS POR FUNÇÃO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	6.917	6.754
Gerais e Administrativas	474	518
Total	<u>7.391</u>	<u>7.272</u>
Despesa Classificada por natureza		
Custo de Operação e Manutenção	1.916	1.797
Encargos Uso do Sistema e Produção	1.537	1.434
Arrendamentos	145	221
Depreciação	3.318	3.302
Premios de Seguro	219	198
Impostos e Taxas	17	40
Outras Despesas Administrativas	38	26
Despesa com Serviços Profissionais	135	174
Despesa com Manutenção e Consumo	66	80
Total	<u>7.391</u>	<u>7.272</u>

17. RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas aplicações financeiras	2.392	2.025
Receitas financeiras	<u>2.392</u>	<u>2.025</u>
Juros sobre a dívida	4.794	6.111
Despesa Financeira com Desmobilização	1.323	32
Despesa Bancária	30	1.375

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros	5	8
Despesas financeiras	6.152	7.526
	2023	2022
Varição cambial ativa	-	5

- a) Os custos de maior relevância em despesas bancárias, refere-se a garantia do financiamento junto ao Banco BNB pelo Banco Bradesco.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

18.1. Transações comerciais

	Aquisição de Serviços	
	2023	2022
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda (a)	320	486
Elecnor do Brasil Ltda (a)	77	24
Totais	397	510

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	2023	2022
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda (a)	23	39
Elecnor do Brasil Ltda	7	-
Totais	30	39

- a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

Dividendos a pagar para Acionistas:

	Valores a pagar para acionistas	
	2023	2022
Acionistas		
RIO NORTE I ENERGIA	68	68
Totais	68	68

Conforme ata de 29 de abril de 2022, os sócios optaram por não receber os dividendos destinados de 2021, fazendo assim a reversão do valor de R\$ 395 para reserva especial de lucros.

VENTOS DE SÃO FERNANDO III ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.2. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes.

Compromissos	Posição em 31/12/2023
Encargos de Transmissão	1.537
Arrendamentos	145
Total	1.682

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 17 de novembro de 2023, foi firmada a mudança de controle do Acionista Indireto da Companhia, conforme Operação de Compra e Venda entre a Elecnor S.A., na qualidade de vendedora, e Statkraft European Wind and Solar Holding S.A., na qualidade de compradora, em relação a 100% do capital social da Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U. A operação foi aprovada pelo CADE em 12 de janeiro de 2024.

* * *